

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**Objetivo:**

Analisar a viabilidade da contratação intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviços continuados com disponibilização de mão-de-obra para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Itajaí.

Área requisitante da contratação: Secretaria Municipal de Assistência Social.

I – INFORMAÇÕES GERAIS**1. Equipe de Planejamento**

Nome	cargo/função	Matrícula	E-mail
Thiago R. V. dos Prazeres	Assessor Executivo	2442701	executivosas@itajai.sc.gov.br

1.2 O Objeto de estudo do presente documento tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL**2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).**

Considerando que o contrato que prestava o referido objeto fora rescindido unilateralmente pela administração pública em virtude da inexecução parcial da contratada, cujo efeitos da decisão encontram-se suspensos até a adjudicação e homologação da presente licitação, e visando a garantia da continuidade do serviço público, faz-se necessário nova contratação para manutenção das atividades que são essenciais para o bom funcionamento desta secretaria.

Referidos profissionais suprirão a inexistência/extinção dessas categorias profissionais do quadro de recursos humanos do município de Itajaí e servirão para atender todos os serviços, programas e projetos desta Secretaria Municipal de Assistência Social, considerados como serviço essencial e de natureza continuada do Sistema Único de Assistência – SUAS, tipificados através da Resolução de n. 109/09 do CNAS e que se subdividem nos níveis de proteção social básica e especial de média e alta complexidade.

O município de Itajaí conta com 05 (cinco) equipamentos de CRAS, 01(um) CREAS, 01(um) CENTRO POP, vinculado a este último o Serviço de Abordagem Social e a Casa de Apoio Social, sem se esquecer da sede desta secretaria e do abrigo de inverno temporário, o qual é aberto sazonalmente em baixas temperaturas.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Na publicação do Plano Anual de Contratações para o ano de 2024, o objeto em questão possuía previsão direta no cronograma de contratações gerais da Secretaria Municipal de Assistência Social, com grau de prioridade Alto.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O contratado deverá atender os requisitos de documentação para habilitação descritos no Art. 62 da Lei 14.133, bem como comprovar experiência técnica, mediante apresentação de atestado e/ou declaração, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo a identificação do emitente e a descrição dos serviços prestados e na área que se exige.

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Tendo em vista que os equipamentos atendem usualmente das 7h às 18h sem fechar para o almoço, imperioso a presença de colaboradores durante todo o funcionamento. Diante disso, será disponibilizado uma média de 4 profissionais por posto, em uma jornada de 6 horas diárias, com 2 profissionais quando da abertura, e outros 2 quando do fechamento; totalizando 37 auxiliares de serviços gerais distribuídos nos 8 equipamentos, e 2 cozinheiras 12/36h que ficarão à disposição na Casa de Apoio Social.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O mercado apresenta as seguintes possibilidades:

Remanejamento de servidores efetivos: inviável devido a escassez de profissionais disponíveis;

Abertura de concurso público: inviável devido ao alto custo e circunstância alheia à ingerência desta secretaria;

Licitação para contratação de empresa terceirizada: melhor opção considerando as variáveis supramencionadas.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR INDIVIDUAL máximo ESTIMADO	VALOR GLOBAL máximo ESTIMADO MENSAL	VALOR GLOBAL máximo ESTIMADO (12 meses)
1	Auxiliar/ Oficial de serviços gerais / 30 horas semanais	37	R\$ 3.662,56	R\$ 135.514,72	R\$ 1.626.176,64
2	Cozinheira/ escala 12x36 horas	2	R\$ 4.443,46	R\$ 8.886,92	R\$ 106.643,04
ESTIMATIVA VALOR MÁXIMO MENSAL				R\$ 144.401,64	R\$ 1.732.819,68
ESTIMATIVA VALOR MÁXIMO GLOBAL					

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Contratação de empresa terceirizada para o fornecimento de auxiliar/oficial de serviços gerais e cozinheira, o qual ficarão à disposição da Secretaria Municipal de Assistência Social para garantir a higiene, manutenção e organização dos equipamentos, garantindo-se o preenchimento dos postos em virtude de colaboradores faltosos, assegurando a continuidade do serviço.

Destaca-se que as 2 cozinheiras em jornada 12/36h serão alocadas para o preenchimento de posto na Casa de Apoio Social, equipamento responsável pela acolhida de pessoas em situação de rua, o qual fornece estadia e alimentação aos usuários.

A contratação terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogada no interesse da administração nos termos da Lei nº 14.133/2021, e será precedida de avaliação da execução anuída pelo/a fiscal do contrato.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

O presente objeto é incompatível com fracionamento, por tratar-se de contratação de empresa para fornecimento contínuo de mão de obra.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação pretendida está umbilicalmente ligada à dois deveres institucionais e legais, além do atendimento das atividades finalísticas deste Órgão, posto que, além do auxílio no desempenho das ações esperadas pelo Corpo Técnico da Assistência, ainda, uma melhor gestão dos contratos fiscalizados por esta. Desta forma, denota-se que haverá uma otimização, **mais eficiente e confiável**, quanto às medições a serem aferidas, bem como, padronização aos procedimentos de estudos, elaboração e fiscalização, atendendo ao final, os princípios da eficiência, legalidade, transparência e objetividade.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há necessidade de serem adotadas providências prévias à contratação.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Os interessados deverão prezar por uma gestão adequada de resíduos; uso eficiente de recursos, e a implementação de tecnologias verdes.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO
<hr/> <p>Thiago R. V. dos Prazeres Matrícula: 2442701</p> <p>Itajaí/SC, 22 de outubro de 2024.</p>

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

Datado e assinado digitalmente.
Itajaí/SC, 22 de outubro de 2024.

NEUSA MARIA VIEIRA GERALDI
Secretária Municipal de Assistência Social